

COLEÇÃO
PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AMÉRICA LATINA:
PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO**

LIVRO I

PROLAM
editora

Copyright © 2019 dos organizadores e autores dos textos

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais. A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Perspectivas críticas da América Latina [livro eletrônico] : pensamento social, político e econômico / organização Vivian Urquidí ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : PROLAM/USP, 2019.

4.456 KB ; PDF

Bibliografia

Vários colaboradores

ISBN 978-85-88376-02-1

1. América Latina - Civilização 2. Antropologia - América Latina 3. Direito - Aspectos políticos 4. Economia - América Latina 5. História 6. Pensamento político I. Urquidí, Vivian.

20-47127

CDD-320.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Pensamento político : Ciência política 320.5 Aline
Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

A CEPAL e o cooperativismo latino-americano: uma abordagem histórica

Jacqueline A. Haffner*
Adriano Pires de Almeida**
André Viana***

Introdução

O cooperativismo tem grande relevância como um meio de desenvolvimento econômico regional, através da geração de renda à população, o cooperativismo tem origem no século XIX, quando em 1843, vinte e oito tecelões que se encontravam desempregados uniram suas economias para a organização de um armazém cooperativo na cidade de Rochdale – distrito de Lancashire, localizado na região metropolitana de Manchester, na Inglaterra – dando origem a um documento chamado “*The Rochdale Pioneers Rules, 1844*”, com a descrição dos princípios para a gestão de uma sociedade cooperativa (*Rochdale Pioneers Museum, 2017*, tradução nossa), cujos preceitos foram utilizados como embasamento para a criação de organizações que se enquadrariam no conceito de crescimento econômico e solidariedade, previstos no cooperativismo.

Esta realidade é comum em vários países, e as experiências cooperativistas não são diferentes na América Latina, pois ao longo do tempo estas experiências foram bem sucedidas, uma vez que dezenas de empresas cooperativas foram listadas entre as empresas – de cinco ramos de atividades econômicas diferentes (Agropecuário, Crédito, Saúde, Consumo e Transporte) – que obtiveram melhor desempenho no ano de 2015, demonstrando suas capacidades de competitividade, geração de renda e, sobretudo, a promoção do desenvolvimento local segundo coloca a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 2016.

Assim como o cooperativismo representa uma alternativa no combate à precarização do trabalho e desenvolvimento econômico, na década de 1940, surgiu a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o intuito de coordenar ações que possam reforçar as relações econômicas dos países da região entre si e também com o mundo. A CEPAL abarca em seus estudos o cooperativismo na América Latina como sendo um fundamento importante para o desenvolvimento.

* UFRGS. Email: Jacqueline.haffner@ufrgs.br

** PUC-Goiás. Email: adriano.piresrj@gmail.com

***FEEVALE. E-mail: viana-andre@outlook.com

Em função disso, o tema proposto neste artigo remete aos estudos das ações voltadas ao cooperativismo latino-americano abordadas nas publicações da CEPAL. Para tanto, tem-se como objetivo geral: analisar as principais perspectivas sobre o cooperativismo latino-americano em publicações desenvolvidas pela CEPAL no período entre 1948 e 2015, identificados em seu portal *online*¹. Além disso, o estudo tem os seguintes objetivos específicos: apresentar os conceitos e principais dados históricos sobre o cooperativismo, sobretudo na América Latina; identificar através dos estudos cepalinos as principais ações e/ou direcionamentos a respeito do cooperativismo.

A hipótese deste trabalho é a de que o cooperativismo pode auxiliar o desenvolvimento da América Latina, sobretudo, por proporcionar elementos importantes que podem promover o desenvolvimento local, a equidade e a integração regional.

O cooperativismo na América Latina: Panoramahistórico

Nessa seção, busca-se desenvolver um relato a respeito dos principais dados históricos sobre o cooperativismo na América Latina e sua importância como alternativa à competitividade global.

O cooperativismo é uma prática que busca dar alternativas a precarização do emprego e, desse modo, resolver determinados problemas sociais através da cooperação, idealizada por sujeitos que se responsabilizariam pela gestão da produção e da comercialização, com direitos e deveres iguais sobre os bens produzidos. Além disso, conforme ressaltado por Viana e Haffner (2015), o cooperativismo tem como objetivo se tornar uma alternativa, tendo em vista a importância de seus princípios e valores (apresentados no quadro 1).

1. O portal <http://www.cepal.org>, disponibiliza o repositório digital da instituição.

Jaqueline A. Haffner, Adriano Pires de Almeida e André Viana

A *International Co-operative Alliance* (ICA) destaca os princípios cooperativos:

Quadro 1: Princípios cooperativos segundo a ICA

Princípio	Práticas Cooperativas
Adesão livre e voluntária.	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa discriminação.
Gestão democrática.	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis perante a sociedade. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e cooperativas em outros níveis são também organizadas de maneira democrática.
Participação econômica dos membros.	Os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital das suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, sobre o capital, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou todas as seguintes finalidades: desenvolver a cooperativa, possivelmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; aos sócios na proporção das suas transações com a cooperativa; e, apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
Autonomia e independência.	As cooperativas são organizações autônomas, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou levantar capital de fontes externas, o fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
Educação, formação e informação.	As cooperativas promovem a educação e formação dos seus membros, dos representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam o público em geral – particularmente os jovens e os líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
Cooperação entre cooperativas.	As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
Preocupação com a comunidade.	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Adaptado de ICA (2016)

Na América Latina, a influência do cooperativismo no desenvolvimento econômico e também na melhoria das relações entre os países da região tem sido gradualmente ampliada a partir da segunda metade do século XIX (Mora, 2012a, tradução nossa). No caso da América do Sul, é importante mencionar que desde 1895, a Argentina já contava com a presença de cooperativas em seu território. Dentre as cooperativas argentinas destaca-se a cooperativa *El Hogar Obrero* (EHO) criada oficialmente em 30 de Julho de 1905 com o propósito de solucionar o problema “*de la vivienda obrera*”, ou seja, trata-se de uma cooperativa de habitação que constrói e financia casas para os associados (EHO, 2016).

No caso brasileiro, a experiência inicial sobre o cooperativismo surgiu no estado de Minas Gerais em 1889 por meio da criação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Desenvolvendo atividades análogas a da Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos da cidade inglesa de Manchester, a Sociedade Cooperativa de Ouro Preto expandiu suas atividades em todo o estado mineiro e posteriormente para os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (OCB, 2016). Além disso, em 1892 foi criada no município de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa do setor agropecuário do país, a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli* (MDIC, 2015).

A partir de uma iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt surgiu, em 1902, as primeiras cooperativas de crédito no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, os produtores agropecuários gaúchos – sob a influência da imigração alemã e italiana que trouxe consigo a cultura do trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias – desenvolveram as primeiras cooperativas do meio rural da região sul do país (OCB, 2016), em um processo similar ao argentino.

O quadro 2, a seguir, apresenta um panorama histórico das origens do cooperativismo em alguns países da América Latina:

Quadro 2: Panorama histórico do Cooperativismo em alguns países da América Latina

País	Período	Modelo Cooperativista
Argentina.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	Organizadas a partir de atendimento às necessidades de imigrantes europeus, que organizaram suas atividades de forma associativa, antes de 1900 já havia 56 cooperativas no país, envolvendo diversos segmentos.
Bolívia.	A partir da crise financeira mundial de 1929 e um acontecimento interno, “ <i>La Guerra del Chaco</i> ” (1932-1935).	Os ex-combatentes da <i>Guerra del Chaco</i> tiveram que começar a gerir as primeiras organizações cooperativas, por alternativa de trabalho e renda nas regiões, até a Revolução Nacional, em 1952. Após isso, a Reforma Agrária de 1953 modificou significativamente os motivos para sua criação.
Brasil.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	O cooperativismo no Brasil teve grande influência dos imigrantes alemães, italianos e japoneses, que trouxeram experiências de seus países de origem, que já tinha embasamento no cooperativismo em diversos setores.
Chile.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	Originalmente, as iniciativas foram espontâneas da classe de operários e posteriormente, o Estado, os Sindicatos, a classe média e a Igreja Católica influenciaram o desenvolvimento do cooperativismo.
Costa Rica.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	Surgem como alternativas às necessidades e dificuldades de setores específicos afetados pelas crises econômicas, sobretudo, as áreas agrícolas.
Cuba.	Iniciam as atividades na metade do Século XX.	Na década de 1960, existiam no país cerca de 602 cooperativas de trabalhadores agrícolas, principalmente nos setores da cana de açúcar, com cerca de 120 mil associados. Atualmente, são cerca de 2500 cooperativas entre os setores de crédito e serviços.
Equador.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	As organizações cooperativas equatorianas estavam integradas a setores da burguesia vinculadas ao partido liberal e imigrantes anarquistas e socialistas.
Honduras.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	O cooperativismo do país nasce de esforços individuais, mas em 1923, ganha na constituição da República um apoio do Estado.
México.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	A influência foi devida às imigrações, e também em publicações de livros, revistas e notícias provenientes da Europa. Em razão da Revolução Mexicana de 1910, algumas cooperativas mantiveram-se unidas em torno do chamado “Centro Mútuo Cooperativo do México”.
República Dominicana	Iniciam as atividades na metade do Século XX.	Surgem as primeiras cooperativas de crédito, com o intuito de organização social e empresarial. Embora muitas tenham desaparecido, ainda hoje, existem as maiores cooperativas do país neste segmento.
Uruguai.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	O modelo cooperativista está vinculado às origens de movimentos sociais, em particular às associações, sindicatos e organizações de trabalhadores, seguindo o modelo europeu de Rochdale.
Venezuela.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	São reconhecidas as experiências associativas e experiências de autogestão nas comunidades indígenas e campesinas, e já na década de 1958 estabeleceram uma legislação específica, copiada integralmente da Lei das Cooperativas Francesa, de 1867.

Fonte: Adaptado de Mora (2012b, p. 47-52)

O quadro 2 destaca que os avanços na implantação do cooperativismo na América Latina se deram por meio das imigrações europeia no Século XIX e que as motivações para a criação das cooperativas foram afetadas por limitações de igualdade e respeito

e pela busca de outras formas de geração de renda. Assim, entre outros indícios, observa-se que as cooperativas fazem parte da história dos países da região (Mora, 2012a, tradução nossa).

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontavam que até 2012 existiam na América Latina cerca de 13.000 cooperativas filiadas à Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que elas representavam a geração de trabalho e renda para aproximadamente 335.000 pessoas. Além disso, a OIT destaca que ainda há uma carência de estudos necessários para compor uma base adequada de dados estatísticos sobre estas dimensões do movimento cooperativista na região.

Ao abordar as relações de trabalho, Carleial (2010) ressalta que os países com menor desenvolvimento relativo, tendo em vista que buscam atrair investimentos estrangeiros diretos, sofrem uma maior fragilização e que para mostrarem-se competitivos eles reduzem os direitos sociais em vigor. É neste sentido que este trabalho entende que o cooperativismo é uma alternativa de princípios norteadores capazes de auxiliar na geração de trabalho e renda e desenvolvimento das regiões.

Em suma, pode-se afirmar que o cooperativismo na América Latina foi desenvolvendo-se gradualmente, segundo diferentes influências, mas sempre com o enfoque na geração de emprego e na inclusão social de grupos minoritários na sociedade latino-americana.

2.1. As formas de atuação e as organizações para o cooperativismo

O cooperativismo, como regem seus princípios, busca organismos de integração que possam auxiliar adequadamente as cooperativas de cada região e embora alguns países possuam melhor interrelação de pesquisas que outros, o objetivo desta subseção é demonstrar quais são as organizações que auxiliam o cooperativismo em cada um dos países selecionados.

São muitos os benefícios amparados no modelo cooperativista, destaca a OIT (2012), entre eles estão a geração de empregos diretos e indiretos, a criação de mecanismos de ajuda mútua e proteção social, o acesso a produtos financeiros para pessoas que estão excluídas do sistema tradicional e também a possibilidade de acesso ao mercado exportador para os produtores, entre outros. A OIT (2012) declara, ainda, a existência de estimativas que colocam que em todo o mundo, cerca de um bilhão de homens e mulheres são membros de cooperativas, gerando cerca de 100 milhões de empregos.

Em praticamente todos os países da América Latina existem organizações que auxiliam na coordenação de ações para promover o cooperativismo como meio de auxiliar na perenidade das cooperativas e também em sua organização social. A importância destas entidades é muito grande, pois é por meio delas que as possibilidades de estudos, de levantamento de dados e de realizar análise das ações que possuem

garantir a sustentabilidade das cooperativas frente às demandas das regiões onde estão localizadas se tornam possíveis. A seguir, o Quadro 3 apresenta as principais organizações em alguns dos países da América Latina.

Quadro 3: Panorama histórico do Cooperativismo em alguns países da América Latina

Argentina	Existem duas confederações: a Confederação Inter Cooperativa Agropecuária Cooperativa Limitada (CONINAGRO) que representa as cooperativas agropecuárias e de outros setores, como seguro e saúde. A segunda é a Confederação de Cooperativas da Argentina (COOPERAR), como intuito de trabalhar junto ao Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES)
Bolívia	CONCOBOL, é a confederação que representa o setor, mas tem uma fraca integração que afeta diretamente o desenvolvimento de alguns setores cooperativos do país
Brasil	A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) é o principal organismo do cooperativismo no país, juntamente com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOB), que é o órgão do governo
Chile	Confederação Geral de Cooperativas do Chile (CONFECOOP) como um organismo para o setor cooperativo, porém, atualmente ainda tem carência de funcionamento e reconhecimento institucional. O Departamento Nacional de Cooperativas (DECOOP) é o responsável pela promoção do setor
Colômbia	Confederação das Cooperativas da Colômbia (CONFECOOP) é o organismo de integração que representa o setor frente às instituições públicas e a Superintendência de Economia Solidária é o organismo público de promoção do setor que inclui as cooperativas
Costa Rica	Existe uma Lei que estabelece o Conselho Nacional de Cooperativas (CONACOOB) que é organismo nacional do setor. O Instituto Nacional de Fomento Cooperativo (INFOCOOP) é o instituto público de promoção e desenvolvimento cooperativo
Equador	Não tem um organismo de integração nacional, mas sim um Escritório Nacional de Cooperativas (DINACOOB), que é responsável pela representação do setor no país
Honduras	Confederação Hondurenha de Cooperativas (CHC) e também a Federação de Cooperativas de Poupança e Crédito (FACACH). O Instituto Hondurenho de Cooperativas (IHDECOOP) é o organismo de promoção ao cooperativismo
México	Confederação Nacional de Cooperativas de Atividades Diversas (CNC) e também a confederação de cooperativas financeiras. Também a Comissão Nacional Bancária e Valores (CNBV) também está encarregada de estudar a lei das cooperativas no país
República Dominicana	Conselho Nacional de Cooperativas (CONACOOB) que é o organismo de integração e também o Instituto de Desenvolvimento e Crédito Cooperativo (IDECOOP);
Uruguai	Confederação Uruguai de Cooperativas (CUDECOOP) que é o organismo que representa o setor, e também o Instituto Nacional de Cooperativismo (INACOOB) que é o organismo do Estado
Venezuela	Conta com um organismo de integração cooperativista, é a Superintendência Nacional de Cooperativas (SUNACOOB) que também atua como o mecanismo de promoção ao setor

Fonte: Adaptado de Mora (2012b, tradução nossa)

Cabe ressaltar que não foram encontrados dados desta catalogação que referenciassem de modo específico a promoção do trabalho cooperativo em Cuba, porém, identifica-se que a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), promove os interesses sociais e econômicos dos pequenos agricultores privados cubanos que conta com 3.800 cooperativas, das quais 1.155 são cooperativas de produção agropecuária e o restante, da área de serviços e crédito (CUBA EDUCA, 2016, tradução nossa).

A CEPAL a as ações para o desenvolvimento

A importância do pensamento cepalino para o tema do desenvolvimento e subdesenvolvimento deu-se visto o esforço e a necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais em fases distintas de subdesenvolvimento. Essa necessidade aproximou a economia de um estudo comparativo de problemas similares, no campo abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, conhecido como análise econômica do método histórico (Furtado, 1961).

Essa análise induziu o pensamento a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos, ao se realizar a identificação progressiva do que é específico de cada estrutura e que serviria de base para uma tipologia das estruturas. O estruturalismo original, criado em outras disciplinas das ciências sociais, se caracteriza por ser um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. Na análise econômica cepalina, o estruturalismo é essencialmente orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas (Furtado, 1961; Bielschowsky, 2000).

Combinados a análise econômica do método histórico mais o enfoque estrutural dos problemas econômicos, tem-se a síntese do pensamento histórico-estrutural, que fundamenta os estudos da CEPAL. O método histórico-estruturalista, eminentemente indutivo, se beneficiou da formulação analítica da teoria do subdesenvolvimento periférico de Prebisch e tem fundamentação teórica independente, autônoma, elaborada para pensar a América Latina a partir da América Latina (Furtado, 1961; Bielschowsky, 2000).

Os esforços desenvolvimentistas latino-americanos no pós-Segunda Guerra foram influenciados e conduzidos pelo arcabouço teórico, autônomo e normativo da CEPAL, que assume a industrialização como padrão de desenvolvimento e principal forma de se equiparar com o nível de vida dos países desenvolvidos – devido a seu papel determinante na geração e difusão do progresso técnico na economia.

A compreensão do pensamento da CEPAL passa pelo entendimento de que, desde seu princípio, o progresso técnico mostra-se determinante para o desenvolvimento socioeconômico e é causa primeira da dicotomia centro-periferia. A indústria se apresenta como um setor considerado imprescindível ao desenvolvimento econômico. Isso ocorre devido a sua dinamicidade, poder de encadeamento para frente e para trás, que propicia a difusão do progresso técnico, geração de empregos, assim como alívio à tendência estrutural de estrangulamento do balanço de pagamentos e redução da vulnerabilidade externa.

Ao se conceituar desenvolvimento econômico, a CEPAL o apresenta como resultado da introdução de fatores de produção que possibilitam o aumento da produtividade do trabalho e que seguem um padrão de competitividade representado pela técnica moderna. O aumento da produtividade se alcança através da incorporação dos frutos do progresso

técnico ao trabalho, daí se observa o papel determinante do progresso técnico no desenvolvimento econômico (Furtado, 1961).

Tratando-se de incorporação dos frutos do progresso técnico, a indústria representa um setor mais intensivo em capital, assim destaca-se por apresentar elevada produtividade do trabalho, se comparado a outros setores da economia. Os aumentos de produtividade, permitidos principalmente pelo caráter intensivo em capital da indústria, decorrem da inserção de técnicas produtivas que vem se aperfeiçoando em um processo contínuo de progresso tecnológico (Furtado, 1961).

Conceituado desenvolvimento, o subdesenvolvimento não pode ser considerado uma etapa anterior nas transformações estruturais de um país. Subdesenvolvimento e desenvolvimento não são estágios que se sucedem, mas sim o resultado de um processo desigual de geração e difusão do progresso da técnica na coletividade mundial (Furtado, 1961).

Da relação concomitante existente entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, Prebisch (1949) diferencia a economia mundial entre países de centro (que são os países desenvolvidos) e países de periferia (que são os países subdesenvolvidos), e caracteriza a posição subordinada dos países periféricos, dentre eles os latino-americanos e caribenhos, em relação aos países de centro. Tal posição subordinada deriva da incapacidade da periferia de reter os frutos do progresso técnico ou da capacidade dos países centrais não apenas de reter os frutos do progresso técnico como também de se apropriarem de parte dos poucos frutos do progresso técnico gerados na periferia.

A teoria econômica, de cunho liberal, que prepondera na região estabelece que se os países seguissem suas vocações produtivas, por meio da especialização em setores onde têm vantagens comparativas sobre os outros países, os frutos do progresso técnico, existente nos centros industriais, iriam transbordar e se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, chegando inclusive à periferia por intermédio do livre comércio internacional (Prebisch, 1949).

Neste sentido, a troca internacional geraria uma igualdade de desenvolvimento econômico mediante o intercâmbio, onde os países de produção primária conseguiriam participação nos resultados do progresso técnico e não precisariam industrializar-se. Contudo, empiricamente, não é o que se verifica no cenário mundial, vide as enfáticas diferenças existentes entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Persistentemente, os países centrais desenvolviam mecanismos para proteger seus preços e assim manter os frutos do progresso técnico, inclusive capturando parte deste gerado na periferia. Na visão cepalina, a industrialização dos países primário-exportadores faria com que, visto sua menor produtividade, perdessem os benefícios do intercâmbio internacional e ficassem fadados ao subdesenvolvimento (Prebisch, 1949).

Deste modo, a deterioração dos termos de intercâmbio, ou dos termos de troca, ocorria devido à existência de uma rigidez à baixa de preços, salários e lucros, existentes

nos países centrais, ao excesso de mão de obra alocada no setor primário nos países periféricos, e à demanda inelástica dos bens primários. Se somados, estes aspectos desenham uma situação na qual, frente a aumentos de produtividade, estes não são repassados aos preços praticados nos países centrais, diferente do que ocorre nos países periféricos. Nestes termos, gera-se um desequilíbrio na equivalência entre a compra de manufaturados e a venda de produtos primários, na qual cada vez mais é necessária a venda de uma quantidade maior de produtos primários para aquisição da mesma quantidade (ou de uma quantidade menor) de produtos manufaturados. Desta forma, se qualifica a transferência dos frutos do progresso técnico ao centro por parte da periferia, que se evidencia nos diferenciais observados em vários indicadores econômicos, nas condições de bem-estar social, assim como nos diferenciais da renda *per capita* e força de capitalização.

Neste sentido, o progresso técnico, tal como sua geração e difusão, é determinante primeiro da condição do desenvolvimento ou subdesenvolvimento das economias mundiais ao longo da evolução do pensamento cepalino, mas a concepção acerca das estruturas que envolvem o progresso técnico também evoluiu com esse pensamento. Nos primeiros anos da CEPAL, esse pensamento determina o desenvolvimento e o subdesenvolvimento através das condições em que seus frutos são gerados e difundidos, e a industrialização é a forma de dinamizar tal geração e difusão para a superação do atraso da periferia.

Tendo em vista os princípios da CEPAL e sua atuação contemporânea, o desenvolvimento, através da equidade é uma meta importante de sua configuração e nesse sentido, o cooperativismo tem muita aderência à ideia central de produzir equidade através do desenvolvimento sustentável. Em função disso, na seção seguinte, serão apresentados dados retirados das publicações da CEPAL a respeito do cooperativismo na América Latina.

Cooperativismo na CEPAL

Ao pesquisar o repositório digital da CEPAL, disponível o endereço eletrônico <<http://repositorio.cepal.org/>>, buscou-se identificar as publicações acerca do cooperativismo na América Latina. A coleta de dados ocorreu em 2016 e foi utilizada a opção busca avançada, na qual foi utilizada a palavra-chave “cooperativismo” no espaço “*work area*”, a fim de refinar a busca por resultados com conteúdos com essa temática.

Assim, ao analisar os dados obtidos, optou-se em dividir os resultados em cinco categorias, a saber: mapeamento das publicações por idioma, quantidade de publicações a cada década, regiões citadas pelas publicações, principais enfoques abarcados e tipos de documentos publicados.

Categoria 1 –Mapeamento das publicações por idioma: nesta etapa, foi necessário identificar nas publicações, quais foram os idiomas das produções, com o intuito de identificar as origens das pesquisas. Conforme a Tabela 1, percebe-se que somente encontraram-se publicações em espanhol (101) e inglês (1), sendo que a publicação em inglês foi uma tradução de um dos textos em espanhol.

Tabela 1 - Idiomas das publicações com a palavra “cooperativismo”

IDIOMA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Espanhol	101
Inglês (tradução do espanhol)	1
TOTAL	102

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Categoria 2 - Quantidade de publicações a cada década: percebe-se, a partir da Tabela 2, que o número de publicações acerca do cooperativismo, inicia na CEPAL, a partir da década de 1980, conforme ressaltado por Bielschowsky (2009, tradução nossa). Nota-se que é este o período em que a organização passa a se preocupar com questões macroeconômicas, em razão do endividamento dos países periféricos, o que comprova efetivamente a importância do cooperativismo como um meio de geração de trabalho e renda.

Tabela 2 - Publicações da CEPAL a cada década sobre o cooperativismo

DÉCADA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
1980-1989	10
1990-1999	18
2000-2009	66
2010-2016	7
TOTAL	101

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Categoria 3 –Regiões citadas pelas publicações: nesta categoria a distribuição das regiões citadas nas publicações da instituição é apresentada na tabela 3:

Tabela 3 - Regiões citadas pelas publicações sobre o cooperativismo

REGIÕES	NÚMERO DE CITAÇÕES
Alemanha	1
América Central	4
América Latina	42
América Latina e Caribe	11
Argentina	7
Belize	2
Bolívia	3
Brasil	17
Região do Caribe	1
Chile	10
Colômbia	5
Costa Rica	3
Cuba	1
Equador	4
El Salvador	4
Espanha	1
Estados Unidos	2
Europa	4
Guatemala	3
Honduras	3
Japão	1
México	8
Nicarágua	4
Paraguai	2
Peru	1
Uruguai	1
Venezuela	3
Total de países ou regiões	28

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Na tabela 3, foram apresentados 28 países ou regiões. Embora sejam citados quase todos os países da região aparecem na amostragem 5 países que não pertencem à América Latina, sendo eles: Alemanha; Estados Unidos; Espanha; Europa e Japão.

Categoria 4 –Principais enfoques abarcados: a Tabela 4 apresenta 11 temas principais abordados entre as publicações que versavam sobre o tema cooperativismo. Ao analisá-los, percebe-se que dois temas se destacaram: desenvolvimento social e desenvolvimento econômico de modo que eles foram citados 47 e 35 vezes, respectivamente. No entanto, há diversos outros assuntos importantes, que comprovam, segundo Bielschowsky (2009, tradução nossa), as mudanças no enfoque da CEPAL ao longo das últimas décadas e a notoriedade de discussões da esfera social contemporânea, como assuntos de gênero, citados 14 vezes.

Tabela 4 - Principais temas abarcados nos artigos sobre o cooperativismo

PRINCIPAIS TEMAS	NÚMERO DE CITAÇÕES
Assuntos de Gênero	14
Comércio Internacional e Integração	8
Desenvolvimento econômico	35
Desenvolvimento produtivo e empresarial	1
Desenvolvimento Social	47
Desenvolvimento sustentável e assentamentos	9
Estatísticas	21
Recursos naturais e infraestrutura	11
Planejamento e desenvolvimento	14
População e desenvolvimento	9
Produção, produtividade e gerenciamento	1
Total de temas	11

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Categoria 5 –Tipos de documentos publicados: nesta categoria, optou-se em avaliar os tipos de documentos produzidos sobre o tema cooperativismo. Nesta categoria verificou-se a produção de 101 séries e de 1 projeto e pesquisa, catalogada posteriormente em uma das séries identificadas anteriormente, conforme pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5 - Tipos de documentos sobre o cooperativismo

TIPOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS
Séries	101
Projetos e pesquisas – compilados em uma das séries.	1
Total	102

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016).

Como uma síntese dos resultados pesquisados nestas 5 categorias, acredita-se que por meio desta coleta de dados foi possível verificar a relevância do cooperativismo nos estudos da CEPAL, pois sua representação foi significativa como foi apresentado anteriormente. A atualização do pensamento da CEPAL na década e 1990, visando adaptá-lo à nova realidade de abertura comercial, fez com que o cooperativismo conquistasse um espaço de discussão por meio da publicação de diversos artigos, ensaios e pesquisas empíricas em diversas regiões e setores.

Portanto, o cooperativismo mantém-se como um meio alternativo ao esgotamento do sistema capitalista atual e, ao mesmo tempo, provoca o empoderamento de classes de trabalhadores, de mulheres, de movimentos sociais, de portadores de deficiência, entre outros, por meio da geração de trabalho e renda. Assim, após esse breve relato sobre o cooperativismo e as pesquisas da área que foram relacionadas pela CEPAL, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

Conclusão

Inicialmente, para desenvolver este tema, acreditava-se que embora existam inúmeras publicações acerca do cooperativismo, torna-se importante um estudo acerca da relação deste movimento com maior proximidade no contexto latino-americano e ainda, contextualizar por meio de uma importante organização, que há mais de seis décadas busca coordenar ações para o desenvolvimento da região.

A hipótese proposta para este estudo é verdadeira, pois por meio dapesquisa, comprova-se que o cooperativismo pode auxiliar no desenvolvimento econômico por proporcionar elementos importantes que promovem o desenvolvimento local e da integração regional e também por ser um tema relevante para os estudos cepalinos.

No entanto, ressalva-se que pela característica deste artigo, a limitação ocorre porque não foi possível desenvolver um aprofundamento teórico a respeito dos

conceitos abarcados em cada um dos 102 trabalhos identificados, pois mesmo não sendo um objetivo do estudo, torna-se uma curiosidade epistemológica em razão da discussão produzida até o momento.

Portanto, o tema deste artigo não esgota-se, mas contraditoriamente, cria uma expectativa de trabalho futuro, na qual busca-se a necessidade de compilar os dados da pesquisa encontradas e então, compor de fato, o que pode ser considerado “pensamento da CEPAL sobre o cooperativismo”.

Comtempla-se, também, que este estudo integra uma pesquisa mais ampla que tem o intuito de investigar a coordenação das ações para o desenvolvimento do cooperativismo na América Latina na contemporaneidade, e ambiciona contribuir na discussão a respeito da busca pela equidade nas relações de trabalho e ressalta a a busca da autonomia dos sujeitos a partir de perspectivas associativas e, ao mesmo tempo, a promoção do desenvolvimento local, frente às demandas globais.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008*. Compilado por Ricardo Bielschowsky. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010. Disponible: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/2007-sesenta-anos-la-cepal-textos-seleccionados-decenio-1998-2008>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. p. 126-157. In: *Sociologias*, - Vol. 1, nº 1 (jan/jun. 1999) – Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007 - Quadrimestral.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA – CEPAL. *Sobre a CEPAL*. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- _____. *Digital Repository*. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/discover?query=cooperativismo&scope=11362/20&filtertype_0=work&filtertype_1=work&filter_0=cooperativismo&filter_relational_operator_1=contains&filter_1=&filter_relational_operator_0=notequals&filtertype=language&filter_relational_operator=equals&filter=es>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- _____. *Cooperativismo latinoamericano: antecedentes y perspectivas*. Libros de la CEPAL, Santiago. 1989. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/12573/P12573.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/celade/tpl/top-bottom.xslt>> Acesso em: 24 jul. 2016
- CUBA EDUCA – Portal Educativo Cubano. *Asociación nacional de agricultores pequeños*. Disponível: http://www.cubaeduca.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=4019&Itemid=153>. Acesso em: 24 jul. 2016.

- EL HOGAR OBRERO – EHO. *Historia*. Disponível em: <<http://www.eho.org.ar/historia>>. Acesso em: 24 jul. 16.
- HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. Desenvolvimento econômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva histórica. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007, São Leopoldo RS. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. p. 1-12. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Jacqueline%20Haffner.pdf>>. Acesso em: 20 jul 2016.
- ICA - *International Co-operative Alliance. Co-operative Principles*. Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-operative>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- MDIC (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS). *Cooperativismo*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/297>. Acesso em: 16 maio 2015.
- MOGROVEJO, Rodrigo; MORA, Alberto; VANHUYNEM, Philippe, Eds. *El cooperativismo en América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible*. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012. Disponível em: <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/wcms_188087.pdf>. Acesso em: 3 Jul. 2016.
- MORA, Alberto. *Visión histórica del movimiento cooperativo en América Latina*. p. 87-124. In: Mogrovejo, Rodrigo; Mora, Alberto & Vanhuynem, Philippe, Eds. *El cooperativismo en América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible*. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012b. Disponível em: <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/wcms_188087.pdf>. Acesso em: 23 Jul. 2016.
- _____. Panorama actual del movimiento cooperativo en América Latina. p. 29-86. In: Mogrovejo, Rodrigo; Mora, Alberto & Vanhuynem, Philippe, Eds. *El cooperativismo en América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible*. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012a. Disponível em: <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/wcms_188087.pdf>. Acesso em: 23 Jul. 2016.
- OCERGS - Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. *Conceitos e Princípios*. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *OIT destaca necessidade de apoiar desenvolvimento das cooperativas na América Latina*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-destaca-necessidade-de-apoiar-desenvolvimento-das-cooperativas-na-america-latina>> Acesso em: 4 jul. 2016.

Jaqueline A. Haffner, Adriano Pires de Almeida e André Viana

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. *Movimento livre da influência do Estado*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em: 23 Jul. 2016.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. *Primeira instituição financeira cooperativa chega à Avenida Paulista, com agência do Sicredi*. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2016/05/primeira-instituicao-financeira-cooperativa-chega-a-avenida-paulista-com-agencia-do-sicredi/>. Acesso em: 24 jul. 2016.

VIANA, André Luciano; HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. A internacionalização do cooperativismo brasileiro: A relação entre o trabalho contemporâneo e o desenvolvimento econômico. In: *I Congresso Latinoamericano de teoria social*, 2015. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/2015/05/Programa-I-Congreso-Latinoamericano-de-Teor%C3%ADa-Social.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

VIEIRA, Paulo Gonçalves Lins; PINHEIRO, Andrea Mattos. *Cooperativismo passo a passo*. Curitiba: Juruá Editora, 2014.